ISSN 1984-5634

ARTIGO

Percursos, encontros e produção do saber histórico: Durval Muniz de Albuquerque Jr. na geografia disciplinar da História no Brasil (1990-2015)

Routes, Meetings and Production of Historical Knowledge: Durval Muniz de Albuquerque Jr. in the Disciplinary Geography of History in Brazil (1990-2015).

Wagner Geminiano dos Santos*

Resumo

O objetivo desse texto é pensar como o percurso intelectual e profissional de Durval Muniz de Albuquerque Jr. se insere no processo de reconfiguração do saber histórico no Brasil a partir dos anos 1980, notadamente da década de 1990 em diante. E qual a contribuição da sua produção para a atual geografia disciplinar da história no país. Durval Muniz de Albuquerque Jr. é um dos mais renomados historiadores brasileiros da atualidade e este artigo mapeia o seu percurso profissional e intelectual entre os anos de 1990 e 2015, dando ênfase a dois momentos bastante simbólicos da sua trajetória: primeiro, a feitura do seu doutorado na UNICAMP até a publicação do livro *A Invenção do Nordeste*; segundo, os acontecimentos que o levam à presidência da Associação Nacional de História – ANPUH nos anos 2010, buscando relacioná-los à configuração da memória e da geografia disciplinar da história profissional no Brasil no período.

Palavras-chave: Durval Muniz de Albuquerque Jr.; Historiografia Brasileira, Geografia Disciplinar.

Abstract

The objective of this text is to think how the intellectual and professional path of Durval Muniz de Albuquerque Jr. is part of the process of reconfiguration of historical knowledge in Brazil from the 1980s onwards, notably from the 1990s onwards. And what is the contribution of his production to the current disciplinary geography of history in the country. Durval Muniz de Albuquerque Jr. is one of the most renowned Brazilian historians today and this article maps his professional and intellectual path between the years 1990 and 2015, emphasizing two very symbolic moments of his trajectory: first, the completion of his doctorate at UNICAMP until the publication the book A Invenção do Nordeste; second, the events that lead him to the presidency of the National Association of History – ANPUH in the 2010s, seeking to relate them to the configuration of memory and disciplinary geography of professional history in Brazil in the period.

Keywords: Durval Muniz de Albuquerque Jr.; Brazilian Historiography, Disciplinary Geography.

EDITOR-CHEFE:
Vicente da Silveira Detoni

EDITORA-GERENTE:
Renata dos Santos de Mattos

SUBMETIDO: 31.01.2023
ACEITO: 13.02.2023

COMO CITAR:
Santos, W. G. Percursos, encontros e produção do saber histórico: Durval Muniz de Albuquerque Jr. na geografia disciplinar da História no Brasil (1990-2015). *Aedos*, v. 15, n. 33, p. 30-44, jan.–jun., 2023.

https://seer.ufrgs.br/aedos/

* Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor das redes municipais de São José da Coroa Grande e Água Preta – PE. Pesquisador INCT Proprietas. Realizando estágio pós-doutoral na Universidade de Ghent, na Bélgica, sob a supervisão do professor Berber Bervernage, com bolsa PDE CNPQ. ORCID iD: 0000-0002-5840-9381. E-mail: wagnerbarauna@yahoo.com.br

PERCURSOS: CAMINHANDO PELAS GEOGRAFIAS DE CLIO NO BRASIL DOS ANOS 1990

Em seu memorial acadêmico intitulado "A invenção de mim" apresentado para o concurso de professor titular de Teoria da História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, em 2006, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior[1] descreve o cenário institucional do início dos anos 1990, em especial o da UNICAMP, da seguinte maneira:

> Dois anos depois de haver defendido a Dissertação, 1990, volto à UNICAMP para cursar o Doutorado em História. Sabendo que o Departamento encontrava-se agora dividido entre historiadores sociais e historiadores culturais e que a anterior aliança e o uso concomitante nas dissertações de autores como E.P. Thompson e Michel Foucault, o que também fizera em minha Dissertação, que ocorrera no momento em que as disputas pela hegemonia no interior dos Departamentos de História e do campo historiográfico davam-se entre a chamada nova história e a chamada "velha guarda marxista", haviam sido rompidos com a aposentadoria da maioria dos professores e com o acirramento da disputa por espaços entre as novas gerações (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 15).

De acordo com Albuquerque Jr. os anos 1990 haviam começado com uma maior definição teórica e metodológica das áreas, dos temas e, sobretudo, dos lugares a partir dos quais se pensava e se produzia a história, em especial na UNICAMP. Uma redefinição que, segundo ele, apontava não só para a construção de uma nova hegemonia, mas, sobretudo, para a emergência de novas disputas políticas, institucionais e intelectuais no interior da academia.

Neste sentido, o objetivo desse texto é pensar como o percurso intelectual e profissional de Durval Muniz de Albuquerque Jr. se insere neste processo de reconfiguração do saber histórico no Brasil a partir nos anos 1980, notadamente da década de 1990 em diante. E qual a contribuição da sua produção para a atual geografia disciplinar[2] da história no país. Durval Muniz de Albuquerque Jr. é um dos mais renomados historiadores brasileiros da atualidade. Com cerca de dez livros publicados, dentre eles o clássico e premiado *A Invenção do Nordeste e outras artes*, já com tradução para o inglês, e o também premiado *A feira dos mitos*. Além disso, figura com uma vasta produção científica com mais de 100 (cem) artigos publicados como capítulos de livros ou em revistas especializadas, sem contar os inúmeros prefácios, entrevistas, resenhas e similares produzidos e publicados ao longo dos anos. Tem uma atuação política e intelectual de destaque no campo, seja atuando em instituições de fomento, como a CAPES e o CNPq, nos comitês da área, bem como ocupando cargos relevantes a exemplo da presidência da Associação Nacional de História – ANPUH, no biênio 2009-2011, quando tornou-se o primeiro historiador a atuar fora do centro-sul a ocupar tal cargo. Sua produção tem influenciado um número considerável de outras produções, seja no mundo acadêmico, seja no meio artístico e cultural do país. É professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – PPGH/UFPE. Fatores estes que o coloca como um dos principais nomes da historiografia brasileira atualmente. No

1 Durval Muniz de Albuqueque Jr. fez sua graduação em História na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB entre os anos de 1979 e 1982, fez o mestrado entre 1983 e 1988 e o doutorado entre 1990 e 1994, ambos na UNICAMP, sob orientação de Robert Wayne Andrew Slenes. Cf. http://lattes.cnpq.br/7585947992338412 Acessado em 04 de novembro de 2017, as 11:10 h.

2 Desenvolvi o conceito de geografia disciplinar durante minha pesquisa de doutorado e o entendo da seguinte maneira: o conceito de *geografia disciplinar* é agenciado para pensar e descrever a espacialização do saber histórico e a constituição das hierarquias de espaços e lugares de inscrição e produção do discurso histórico. Uma geografia disciplinar consiste nos processos de espacialização e hierarquização deste saber em um dado tempo e sociedade. (SANTOS, 2021).

entanto, Durval Muniz de Albuquerque Jr., como historiador profissional, é produto de um percurso histórico que tensiona e atravessa um conjunto multifacetado de relações. É mais a esse conjunto de relação do que propriamente ao indivíduo Durval Muniz que me remeto neste texto[3].

O discurso de Albuquerque Jr. que abre esse artigo aponta para uma mudança que já vinha sendo sentida de forma sensível no interior da produção do saber histórico no Brasil desde o final dos anos 1980, qual seja: a emergência de temas, abordagens e narrativas ligadas ao que se nomeava a época como "Nova História Cultural", em especial a partir de sua vertente francesa (RAMOS, 2015, OHARA, 2018, SANTOS, 2021). Ou como diz Albuquerque Jr., se os anos 1980 haviam se caracterizado pela disputa contra a "velha guarda marxista" e os ranços de um marxismo dito estruturalista, economicista, mecanicista e estalinista feita por historiadores que se instrumentalizavam da história nova, nos anos seguintes essas disputas irão ocorrer em torno de outros lugares e disputando outros espaços. Tendo destaque as temáticas e abordagens ligadas a chamada História Cultural. Neste sentido, destaco a importância de dois dossiês publicados em meados dos anos 1990 pela Revista Brasileira de História – RBH: o dossiê: "Espaço Plural", que compõe o Nº 20 da Revista, publicado em 1994 e o dossiê "Representações", que compõe o Nº 29 da RBH, de 1995. Nestes dois dossiês publicarão historiadores que naquele momento já figuravam como orientadores destacados em seus programas, com nomes com certa visibilidade entre os pares e já construindo suas carreiras com certa independência em relação às gerações anteriores e, sobretudo, em relação a geração de seus mestres formadores. Nomes como Margareth Rago, Marieta de Moraes Ferreira, Durval Muniz de Albuquerque Jr.[4], Esmeralda Blanco B. de Moura[5], Sandra Jatahy Pesavento[6], Zilda Márcia Gricoli Iokoi, Marcos Napolitano[7] entre outros. Em sua maioria ligados direta ou indiretamente aos programas da USP e da UNICAMP, vão aparecer como os historiadores profissionais, acadêmicos responsáveis pela construção e abertura dos espaços da Revista Brasileira de História – RBH, nos dossiês acima, para o que estava sendo nomeado como História Cultural. Edgard De Decca vai apontar estas mudanças, no interior do programa da UNICAMP, da seguinte maneira:

3 Organizei para a coleção *Pensar com a História* da Editora Milfontes um pequeno livro em formato digital sobre a obra e produção na área de Teoria da História e História da Historiografia de Durval Muniz de Albuquerque Jr. Lá estão contemplados aspectos e discussões sobre o autor que não abordo nesse texto, a exemplo da relação da sua produção com o pensamento do filósofo francês Michel Foucault. Cf. SANTOS, Wagner Geminiano (Org.). Durval Muniz de Albuquerque Jr.: *A arte de inventar-se historiador nas tessituras da História*. Vitória – ES: Milfontes, 2021.

4 O artigo publicado por Albuquerque Jr. neste dossiê é um resumo da sua dissertação de mestrado. O título do artigo é: Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste.

5 Esmeraldo Blanco Bolsonaro de Moura fez a graduação em História na USP entre os anos de 1967 e 1971, o mestrado e o doutorado em História Econômica também na mesma instituição, respectivamente em 1977 e 1984, sob a orientação de Maria Thereza Schorer Petrone. Cf. http://lattes.cnpq.br/6607054567473028 Acessado em 05 de novembro de 2017, as 08:51 h.

6 Sandra Jatahy Pesavento fez a graduação em História entre os anos de 1966 e 1969 na UFRGS, o mestrado entre 1973 e 1978 na PUC-RS, sob orientação de Earle Diniz Macarthy Moreira e o doutorado na USP, entre os anos de 1983 e 1987, sob a orientação de Suely Robles Reis de Queiróz. Cf. http://lattes.cnpq.br/1760145213009265 Acessado em 05 de novembro de 2017, as 08:58 h.

7 Marcos Francisco Napolitano de Eugênio fez sua graduação em História entre os anos de 1981 e 1985 na USP, o mestrado e o doutorado em História Social também na USP, respectivamente em 1994 e 1999, sob orientação de Maria Helena Rolim Capelato. Cf. http://lattes.cnpq.br/1250692781738939 Acessado em 05 de novembro de 2017, as 09:03 h.

> Houve um momento em que a Unicamp, de modo geral, estava preparando isso, ela tinha uma formação que permitia essas mudanças e acho que faz isso. Eu posso falar da História: a historiografia universitária está institucionalizada, os programas de pós-graduação estão institucionalizados, quer dizer, as renovações se fazem por regras completamente institucionalizadas. Eu acho que isso é uma outra história. A revolução acabou – como eu já escrevi anos atrás. Acho que houve uma revolução historiográfica que acabou, mas deitou raízes e deixou um legado inestimável para a nossa cultura e para a nossa sociedade.
>
> ...
>
> [A Unicamp] tornou-se um grande centro de pesquisas, mas ainda mantêm a marca da Unicamp e do Departamento de História, que é a forte presença em estudos que interpelam as margens, os desvios, o silêncio e os excluídos da história. Claro que há estudos sobre as elites intelectuais e as elites políticas pois, essa ampliação significou também diversificação. Talvez hoje eu não fale mais, como antigamente pelo Departamento de História, mas falo com certeza por uma ala. Outros seguiram outros caminhos e rumos e provavelmente não se identificam com o que digo. Mas há uma ala do Departamento que mantém essa tradição.
>
> Há maior diversidade de opções, teóricas, metodológicas e principalmente ideológicas. Ao passo que no início havia mais homogeneidade e tínhamos uma meta político-cultural (MORAES e REGO, 2002, pp. 274 e 284).

De Decca apontava não só para outro conjunto de renovações no interior da produção acadêmica de História, em especial dentro do Departamento da UNICAMP, mas, sobretudo, para uma tendência acentuada de renovação da própria historiografia produzida no Brasil: a sua produção a partir das bases institucionais dos programas de pós-graduação, das regras e protocolos aí produzidos e estabelecidos entre os pares; que favoreciam a emergência de um cenário bastante propício às pesquisas e estudos direcionados a temas como imaginário, representações sociais, festas, culturas populares, sexualidade etc. Será, portanto, estes novos nomes, estes novos historiadores, que haviam assumido a condição de orientadores e formadores de novas gerações, os sujeitos responsáveis por estas mudanças. E isso já se apresentava nas páginas da RBH, nesta primeira metade da década de 1990. Modificação esta produzida ainda a partir da centralidade dos programas da USP e da UNICAMP (SANTOS, 2021). Esse movimento vai contribuir para a institucionalização da História no país e para a profissionalização do historiador a partir da "fábrica" universitária em regime de pós-graduação ao mesmo tempo que reforçava uma dada centralidade dos programas do centro-sul do país, em especial de São Paulo e Rio de Janeiro, sobre a produção historiadora no Brasil. É, portanto, nesse contexto que Durval Muniz de Albuquerque Jr. vai concluir seu doutorado na UNICAMP, defendendo a tese *O Engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes*. Na introdução da tese, Albuquerque Jr. afirmava:

> A operação historiográfica deve se constituir também desta volta crítica sobre si mesma. A história regional não faz esse questionamento do lugar de produção do saber historiográfico. Os historiadores que trabalham com essa perspectiva, aceitam participar da divisão entre história nacional (História do Brasil) e história regional (História do Nordeste), que além de significarem o estabelecimento de lugares hierarquicamente diferenciados no campo historiográfico, se conectam e reproduzem as relações desiguais de poder entre as diferentes áreas do país; reproduzem uma subordinação, no campo acadêmico, que diz da própria subordinação do espaço que representam a nível nacional.
>
> Ao se colocarem como historiadores regionais, eles estariam reconhecendo sua incapacidade de fazer História do Brasil ou o caráter limitado desta produção? Por que os historiadores paulistas e, em menor número, os historiadores cariocas podem fazer história nacional e os das outras áreas apenas "História Regional"? Continuamos presos, assim a uma hierarquia de saberes e de espaços que que se definiu

> no início do século. Não é se colocando como vítimas do "imperialismo paulista" ou reivindicando também o direito de fazer História do Brasil, que romperemos com o lugar que foi reservado para nós historiadores de outras áreas do país, nesta configuração de saber-poder. Não é também proliferando o número de "histórias regionais", sempre que determinado grupo de historiadores se sentir marginalizado no campo historiográfico, que conseguiremos romper com esta posição de inferioridade no campo historiográfico, mas sim se negando a ocupar estes lugares, questionando-os, e reivindicando o direito de apenas produzir saber em história, sem mais adjetivos. (ALBUQUERQUE JR., 1994, p. 12)

A passagem acima é emblemática da importância que o trabalho de Albuquerque Jr. terá na configuração da geografia disciplinar da historiografia brasileira dali por diante. Seu trabalho, notadamente sua tese acima aludida, que posteriormente foi vencedora do Prêmio Nelson Chaves da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ e publicada em livro pela Editora Cortez, em 1996, com o título *A Invenção do Nordeste e outras artes* é um dos trabalhos historiográficos mais destacados do período a estabelecer uma dura crítica a centralidade de São Paulo e do Rio de Janeiro na definição daquilo que era o nacional. Albuquerque colocava em questão a definição da historiografia brasileira construída a partir dos centros políticos e econômicos hegemônicos. Para ele tais hierarquias deveriam ser questionadas tanto no plano político e econômico quanto no plano da produção do saber histórico. Ele pontuava, portanto, que assumir tais posições acriticamente ou sem questionamentos implicava compactuar com as evidentes deformidades e desigualdades existentes entre as diversas regiões do país. Que advogar "um paradigma unitário com base restrita não passa[va] de um 'efeito de poder' em face à incontestável heterogeneidade da sociedade brasileira" (PETERSEN, 1995, p. 133). E, acrescento, da própria produção historiográfica feita no Brasil naquele período.

Há um outro fator que articula e se coloca também como condição de possibilidade para a sua fala. Ele fala a partir das margens. Sua perspectiva de análise traz um olhar estrangeiro, portanto, diverso daquele esposado pelos historiadores paulistas e, em menor grau, cariocas. É este olhar de fora, das margens, estrangeiro que permite relativizar e problematizar o tipo de construção produzida nos programas de pós-graduação em História do eixo São Paulo-Rio, mesmo sendo formado no interior do PPGH da UNICAMP, uma vez que aponta para outras possibilidades de se pensar o ofício do historiador, a formação deste sujeito e os diversos lugares possíveis de o fazê-lo e, sobretudo, as diversas modalidades de se escrever a história no e do Brasil. Possibilitando com isto uma configuração mais plural da geografia disciplinar e da memória disciplinar que conformavam a historiografia brasileira naquele período. Desse modo, o livro *A Invenção do Nordeste* é obra fundamental neste processo.

Assim, o percurso acadêmico e historiográfico de Durval Muniz de Albuquerque Jr. ao longo dos anos 1990 está marcado por esse ritual de iniciação ao saber histórico (o doutorado) e sua colocação entre os pares como historiador de renome, sobretudo a partir da conclusão do doutorado e da publicação de sua tese em livro, com o título *A invenção do Nordeste e outras artes* (ALBUQUERQUE JR., 1996). Livro que pode ser considerado uma das últimas grandes teses da área sobre o Brasil. *A invenção do Nordeste* é antes de tudo uma obra de interpretação do Brasil, e que garantirá a seu autor o reconhecimento institucional do nome Durval Muniz de Albuquerque Jr. como historiador e intelectual, ao longo dos anos seguintes. O que se confirmará, por exemplo, com a criação do mestrado em História na UFRN. Programa que é criado em consonância às marcas do trabalho historiográfico de Albuquerque Jr., ao estabelecer como área de estudos a relação entre História e Espaços:

> A proposta de fundação do PPGH era inovadora e almejava transformar um tópico importante, mas que ainda não fora trabalhado de forma sistemática pela historiografia nacional: o espaço e sua historicidade. No projeto original, a justificativa tratava da constituição de uma abordagem historiográfica de desnaturalização do espaço: "Qualquer acontecimento histórico possui uma dimensão espacial, se refere ou se remete a um dado recorte espacial, no entanto, esta dimensão da história tem sido negligenciada quando se trata da produção do conhecimento nesta área. A ênfase dada à dimensão temporal, que caracteriza a disciplina histórica, tem levado, muitas vezes, a que o espaço seja pensado como um a priori, um dado prévio, um 'já lá' que não precisa ser pensado historicamente" (PROJETO MESTRADO UFRN, 2004, grifo nosso).

Portanto, trata-se de pensar a produção de um historiador hoje já assentado no *establishment* acadêmico brasileiro, muito embora sempre militando profissionalmente em instituições fora do centro-sul do país, mas que nos anos 1990 ainda procurava se instituir como historiador a partir deste espaço marginal. O que impõe uma outra marca a seu percurso historiográfico, sobretudo do ponto de vista de sua atuação política na área, de questionar não só uma dada ideia de naturalização do espaço, como também de problematizar a própria noção de regional atribuída a praticamente toda historiografia brasileira produzida fora das instituições do centro-sul do país e que não tenha como tema aquele recorte espacial (ALBUQUERQUE JR., 1994).

ENCONTROS: MANOEL SALGADO, A ANPUH E A RECONFIGURAÇÃO DA GEOGRAFIA DISCIPLINAR DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Essa crítica ecoada pela produção e obra de Albuquerque Jr. vai ganhar contornos institucionais mais evidentes no interior da geografia disciplinar da História no Brasil, a partir da segunda metade da primeira década dos anos 2000. Notadamente a partir da chegada do historiador da UFRJ, Manoel Luiz Salgado Guimarães à presidência da ANPUH. Guimarães foi alguém formado e forjado como historiador fora das redes intelectuais e institucionais brasileiras, notadamente das paulistas. Fez seu doutorado na Universidade de Berlim, sob a orientação de Hagen Shulze, onde entra em contato com a tradição historiográfica alemã, em especial àquela voltada para a discussão teórica e historiográfica de nosso fazer, a exemplo da produção de Reinhart Koselleck e Jörn Rüsen (GUIMARÃES, 2009, p. 03). Em 1988 defende sua tese de doutorado *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)* – sua tese só será publicada em livro, postumamente, no ano de 2011 – que o torna reconhecido entre os pares brasileiros, sobretudo, a partir do resumo da mesma publicado na Revista Estudos Históricos, em 1988, sob o título *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. Este texto é visto e dito hoje como um texto paradigmático para os estudos acerca da escrita histórica no país, ou melhor, é a partir deste texto que Guimarães vai ser alçado como um dos "responsáveis principais pela afirmação do campo dos estudos de historiografia no Brasil" (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 146). Portanto, Guimarães é não só um historiógrafo, no sentido de que se dedica a estudar a história da história, mas, sobretudo, tornar-se-á, segundo a memória que se instituí para a área, um dos principais responsáveis pela afirmação deste campo no país. Neste sentido, ele vai conceber:

> A historiografia como investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, pressupõe como condição primeira reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da História, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar. Em seguida, é necessário

> reconhecer esta escrita como resultando de disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas travadas nas sociedades para dar significado ao mundo. Uma escrita que se impõe tende a silenciar sobre o percurso que a levou à vitória, que aparece ao final como decorrência natural; perde-se desta forma sua ancoragem no mundo como parte do drama social humano, quando escolhas são efetuadas, que definem o passado que se deseja, ou que se necessita, como forma de inventar um futuro (GUIMARÃES 2003, p. 23-24).

Me parece que partindo deste entendimento do que é a historiografia, Guimarães junto com o grupo que o orbita vai colocar como pauta da ANPUH a agenda de romper com o silêncio "sobre o percurso que levou a vitória", que até aquele momento teimava em aparecer "como decorrência natural", de uma escrita da história que se impunha como irradiadora da historiografia nacional. Não é coincidência que Guimarães vá atuar em um outro centro de produção historiográfica, o Rio de Janeiro, que pelo teor, qualidade e quantidade de suas instituições produtoras do conhecimento histórico, havia sido marginalizado, quando não silenciado nas páginas da RBH (SANTOS, 2021). Por ser um historiador da história da historiografia, Guimarães parece ter a consciência aguda da elaboração da memória disciplinar – conceito caro à sua obra[8] – que se colocava como constrangimento à renovação historiográfica no país e que estabelecia a centralidade das instituições paulistas, notadamente a USP e a UNICAMP, sob a "historiografia brasileira".

Neste sentido, como vai afirmar Albuquerque Jr. "a obra do Manoel foi uma obra radicalmente política, ela foi uma interrogação constante sobre o gesto político que marca o escrever a história, a dimensão política, mas também ética e estética que está implicada no fazer historiográfico". E acrescento, não só a sua obra, mas a sua atuação à frente da ANPUH assume muito claramente este gesto político no sentido de alterar as relações institucionais e intelectuais que marcavam e hegemonizavam a Associação e a RBH até então. Do meu ponto de vista, sua atuação e da rede intelectual que mobilizava será decisiva para esta mudança. Como vai afirmar Rodrigo Turin a respeito da obra e da atuação de Guimarães, que ele jamais abandonou:

> A preocupação com a relação entre política e história, Manoel Salgado passa cada vez mais a complexificar os instrumentos de investigação sobre aqueles vínculos, assim como a fraturar a linearidade narrativa de sua representação. Essa preocupação manifestou-se tanto em uma maior problematização do objeto de pesquisa da história da historiografia – a escrita da história –, em sua historicidade e em suas relações com diferentes culturas históricas, como também no esforço de reinserir em suas análises a indeterminação dos diferentes futuros que orientavam aquelas experiências do passado. É o que se percebe, por exemplo, seja em suas reflexões sobre tradições silenciadas pela memória disciplinar... seja na compreensão daquilo que ele denominou de "textos fundadores" como formas de "disputas pelo passado" e pela própria normatização de uma história disciplinar no Brasil (TURIN, 2013, p. 80)

Portanto, me parece bastante pertinente pensar que a atuação de Guimarães à frente da ANPUH segue estes princípios, não só refletindo "sobre tradições silenciadas pela memória disciplinar" como "formas de disputas pelo passado e pela própria normatização de uma história disciplinar no Brasil", mas sobretudo, atuando política e eticamente no sentido de enfrentar e desmontar os efeitos desta

8 Segundo Rodrigo Turin este conceito "implicava reconhecer, acima de tudo, que o próprio surgimento deste lugar de enunciação, a história da historiografia, estava estritamente vinculado a um trabalho de memória, submetendo o passado a uma narrativa de identidade disciplinar (GUIMARÃES, 2005). Uma memória que, em seu ordenamento narrativo, ao mesmo tempo dá a ver e silencia, condicionando invariavelmente a percepção de seus herdeiros a respeito do passado". (TURIN, 2013, p. 79)

tradição e desta memória na escrita da história em nosso presente, num claro enfrentamento a memória e aos "textos fundadores" que diz ou que coloca a "escola uspiana" como inauguradora da "moderna historiografia brasileira", a partir do propalado acolhimento e desenvolvimento da tradição historiográfica francesa, em especial a representada pelos *Annales* (SANTOS, 2021). Mais uma vez invocando Rodrigo Turin, ao pensar a obra de Guimarães, ele vai dizer que:

> Esta postura crítica, deve-se ressaltar, não se caracteriza pela falsa expectativa de conquista de uma completa autonomia frente à tradição. Trata-se, antes, de reconhecer os efeitos dessa tradição e, simultaneamente, enfrentá-los. Não há a busca de um olhar puro, despido de suas heranças. Há, isso sim, o constante e difícil esforço de tornar-se herdeiro. O que disso resulta para o trabalho da história da historiografia, tal como o entendia Manoel Salgado, era a necessidade de traduzir o reconhecimento desses constrangimentos materializados em uma memória disciplinar em uma vigilância ao mesmo tempo epistemológica e ética (TURIN, 2013, p. 80).

Todos estes posicionamentos políticos, éticos e epistemológicos presentes na obra de Guimarães ecoam, a meu ver, muito claramente na atuação dele ao longo do exercício da presidência da ANPUH. Sobretudo ao fazer o enfrentamento político das questões e constrangimentos disciplinares do presente, apontando para a possibilidade não de uma autonomia frente à tradição, mas de reconhecer os efeitos desta tradição sobre a prática historiográfica e de enfrentá-los e abrir, a partir deste espaço de experiência, novos horizontes de expectativa para a escrita da história no Brasil. Neste sentido, dizia Guimarães, ao fazer o enfrentamento daquilo que ele chamou dos "traços narcísicos" da historiografia:

> É preciso que a própria escrita da história se submeta ao rigor do exame crítico como forma de dessacralizarmos uma memória construída acerca desta mesma escrita. Reconheço não ser este um esforço simples, uma vez que implica em repensar os fortes *traços narcísicos* que marcaram a constituição da disciplina, e a tarefa de *quebrar o espelho* implica em um doloroso repensar dos rumos de nosso ofício (GUIMARÃES 2000, p. 22, grifos meus).

Portanto, é neste sentido que podemos entender a presidência de Manoel Salgado Guimarães à frente da ANPUH e sua atuação política quando presidente desta instituição, uma vez que ela vai colocar em prática e exercitar aquilo que o historiógrafo Manoel pensava como sendo a tarefa do historiador ao fazer historiografia, não só como pesquisador, mas como professor e sujeito partícipe da (re)elaboração não só de uma memória, mas também de uma geografia disciplinar para o saber histórico no Brasil. Como vai dizer Maria da Glória de Oliveira que, para Guimarães:

> "uma tarefa desmistificadora por excelência" estava reservada à historiografia como campo de reflexão, na medida em que uma história da história, menos do que reconstituir mitos, pressupunha perceber a escrita da história como sendo ela também "vítima das construções da memória". Por essa perspectiva, chegava-se a uma circunscrição mais abrangente para a historiografia, definida por ele como "investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado", o que significava reconhecer não somente a historicidade do próprio ato da escrita histórica, mas igualmente percebê-la como resultado de disputas entre memórias e como parte das lutas travadas nas sociedades pela atribuição de sentido ao passado. (OLIVEIRA, 2013, p. 136)

Esta percepção permite-lhe não só pensar a configuração do campo historiográfico brasileiro, considerando como chave de leitura para tal o seu conceito de "memória disciplinar" e os constrangimentos causados pelas lutas políticas na formação desta geografia disciplinar como elementos centrais das versões

vitoriosas no presente, assim como observar os silenciamentos aí operados pela memória disciplinar dos vencedores. É esta formação que parece permitir a ele, enquanto presidente da Associação e junto com o grupo que o orbitava, fazer os enfrentamentos que fez e descontinuar ou romper com as redes institucionais e intelectuais hegemônicas dentro da ANPUH e da RBH, notadamente com aquelas ligadas à USP e UNICAMP. E, portanto, relativizar a narrativa fundadora que colocava a "escola uspiana" na origem da moderna historiografia brasileira (MALERBA, 2001; SANTOS, 2021). Neste sentido, a sua própria produção historiográfica e sua opção pela historiografia como prática que tem como objeto a escrita da história lhe permitiram, desde o seu doutorado, "pôr em suspeita, e questionar a persistência do historicismo e do positivismo no interior de nossa historiografia, mesmo naquela cujas inspirações foram a escola dos *Annales* e o marxismo" (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 147), tradições estas reivindicadas pela assim autoproclamada "escola uspiana". Segundo Durval Muniz de Albuquerque Jr. "a obra do Manoel significou uma lufada de ar fresco, a chegada de uma nau trazendo boas novas" para a historiografia brasileira, sobretudo, por que aquele procurou unir "a tradição historiográfica alemã, na qual foi formado, à tradição da historiografia francesa, sem descurar do aporte de outras culturas historiográficas" (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 151). E é desse encontro com a produção, com a obra e com o próprio Manoel Salgado Guimarães que se desdobrará um dos eventos mais marcantes do percurso de Albuquerque Jr.

A liderança política de Manoel Salgado na ANPUH e entre a comunidade profissional e acadêmica de historiadores[9] naquele momento reverberará claramente no biênio seguinte, com a eleição de Durval Muniz de Albuquerque Jr. para a presidência da ANPUH e a escolha de Marieta de Moraes Ferreira para ser a editora da RBH ao longo do biênio 2009-2011. Estes dois historiadores faziam parte da rede intelectual e de amizades de Manoel Salgado e haviam participado, direta ou indiretamente, das mudanças ocorridas sob sua presidência. Albuquerque Jr. em texto publicado em 2013 sobre a obra de Manoel Salgado, na Revista de História da Historiografia, vai deixar muito clara esta proximidade pessoal e intelectual que o ligava a Guimarães. Ao descrever o momento em que ambos se conheceram pessoalmente, no ano de 2001, num encontro da ANPUH realizado na UFPE, em Recife, e como se desdobrou esta relação pessoal e intelectual entre os dois historiadores, Albuquerque Jr. afirma o seguinte:

> Nasceu ali uma amizade para a vida toda, uma amizade na vida e nas ideias, uma amizade que foi marcada pela criação em conjunto de espaços de discussão de ideias e de afirmação do campo dos estudos historiográficos no Brasil. Ele com sua generosidade me deu essa oportunidade insubstituível de conviver com um mestre e com muitos de seus amigos e discípulos, com os quais muito aprendi, com os quais continuo aprendendo e dos quais me tornei amigo. Embora o rigor talvez não seja propriamente o que me caracterize como historiador, tenho talvez uma mente mais indisciplinada para isso, minha indisciplina meio freyreana me leva até a desconfiar de dados rigorismos, por paralisantes da criação que podem ser – e eu sempre me perguntei até que ponto o Manoel partilhava das minhas viagens, embora tenha tido nele um constante ouvinte e interlocutor, além de um prefaciador generoso (GUIMARÃES, 2007b) –, ele sempre soube da importância que mais do que seus escritos, suas palavras, suas avaliações e opiniões sempre tiveram para mim. Ele foi também o meu mestre de rigor. Embora tenha, assim como seus mestres de rigor, apontado para a escrita da história como o momento decisivo

9 Albuquerque Jr. vai afirmar que a "liderança política e acadêmica de [Manoel Salgado Guimarães] entre os historiadores brasileiros deveu-se à sua disposição em discutir não apenas a escrita da história, mas o ensino da história" o que fez ser um dos pioneiros na construção do campo dos estudos de historiografia no Brasil, em particular, e uma referência para comunidade de historiadores, no geral. (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 148).

> de nossa prática historiadora, o Manoel não deixou de dar bastante ênfase no que seria o segundo momento da "operação historiográfica", ou seja, a fase da disciplina, para Michel de Certeau, ou a fase da explicação/compreensão, para Ricoeur. Eu talvez enfatize em demasia a terceira fase, embora não deixe de ter preocupações disciplinares e de ordem teórico-metodológica. Se isso agradava meu mestre, infelizmente não mais saberei (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 150-151).

Como Albuquerque Jr. evidencia, a relação dele com Manoel era pessoal e intelectualmente muito próxima. A partir de 2001 os dois vão elaborar e executar alguns projetos institucionais juntos, como, por exemplo, a criação e coordenação de um Grupo de Trabalho no interior da ANPUH Nacional que visava discutir as questões e os problemas atinentes à escrita da história a partir da chave de leitura da teoria da história e de uma história da historiografia. Atividade intelectual e institucional conjunta que se iniciou no Simpósio de João Pessoa-PB, em 2003, e se prolongou até o Simpósio de Fortaleza em 2009, tendo a parceria se encerrado por conta da morte prematura de Manoel Salgado em abril de 2010. Além disso, Manoel vai ser o prefaciador do livro *História: a arte de inventar o passado* de Albuquerque Jr., publicado em 2007. Obra que reúne artigos que tratam justamente de estabelecer discussões acerca da escrita da história e da teoria e metodologia da história como áreas fundamentais do nosso fazer[10]. Albuquerque Jr. também publicará artigos em algumas obras organizadas por Manoel Salgado como, por exemplo, o livro *Estudos sobre a escrita da história* que, como sugere o título, tratava-se de uma discussão sobre a história da história no Brasil a partir da problematização de seu principal objeto, a escrita da história[11]. Portanto, isto indicia a sólida relação intelectual construída entre ambos, uma relação de amizade não só pessoal, mas, também, no pensamento e na atuação profissional dentro da comunidade.

Dito isto, quero destacar duas coisas: primeiro, Albuquerque Jr. não chega à presidência da ANPUH apenas por conta da amizade e da relação de proximidade profissional e intelectual com Guimarães, muito embora ela tenha sido decisiva para a construção da rede intelectual que o levará a presidir a Associação. Em 2009, Albuquerque Jr. já era um dos historiadores brasileiros mais reconhecidos entre os pares devido, sobretudo, a sua vasta produção intelectual e historiográfica. Responsável pela produção e publicação de uma das obras mais marcantes da historiografia produzida no país nas últimas duas décadas, o livro "A Invenção do Nordeste e outras artes"[12], fruto de parte de sua tese de doutorado, defendida em 1994, na UNICAMP, com o título *O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes*[13]. Livro significativo para a escrita da História do e no Brasil; talvez o último grande livro a pensar a questão da nação e da identidade nacional e que inaugurou uma nova área de estudos para a historiografia brasileira, a dos estudos sobre a invenção dos espaços e das regiões. É com este livro que Albuquerque Jr. torna-se reconhecido entre os pares, mas sua produção não se resume a ele.

O autor, desde então, tem construído uma vasta produção historiográfica que abarca outras áreas de estudo, como, por exemplo, os estudos de gênero e, sobretudo, mais recentemente tem se dedicado a pensar a teoria da história em consonância com a história da historiografia, ou seja, como ele afirmou

---

10 Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: Edusc, 2007.

11 Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O historiador *naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. *In*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2007. pp. 192-215.

12 Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo/Recife: Cortez/Massangana, 2001.

13 Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **O engenho anti-moderno:** a invenção do Nordeste e outras artes. Campinas. Tese de Doutorado. 1994. Esta Tese foi vencedora do prêmio *Nelson Chaves de teses sobre o Norte e Nordeste brasileiros*, conferido pela Fundação Joaquim Nabuco, em 1996.

na citação acima, em pensar a escrita da história do ponto de vista de sua historicidade. Atividade da qual resultou o livro *História: a arte de inventar o passado* e inúmeros artigos publicados em diversas revistas especializadas e em capítulos de livros.

Segundo, quando assumiu a presidência da ANPUH, Albuquerque Jr. também já tinha uma carreira consolidada institucionalmente, sendo professor titular da UFRN e professor colaborador do programa de pós-graduação em História da UFPE. Na UFRN vai ser um dos principais articuladores e responsáveis pela criação do PPGH, em nível de mestrado, daquela instituição. Programa que vai ter como área de concentração a relação entre História e espaços, reverberando assim a sua influência bem como de sua obra e produção sobre o PPG. Neste sentido, quando pensamos institucionalmente, a presidência de Albuquerque Jr. à frente da ANPUH vai constituir-se num evento profundamente significativo, uma vez que ele é o primeiro historiador a trabalhar e atuar fora das instituições do centro-sul do país a assumir a presidência da Associação, assim como o primeiro historiador nordestino a fazê-lo.

Isto significou uma ruptura sensível com outro constrangimento provocado pela memória disciplinar da historiografia brasileira profissional e acadêmica dentro da ANPUH. A marginalização da historiografia produzida nas instituições do Norte e Nordeste do país e dos historiadores aí situados, a partir da pecha que não faziam história nacional, mas história regional. Se a produção historiográfica de Albuquerque Jr. já fazia uma crítica e propunha uma ruptura com este tipo de discurso e de prática desde a produção de sua tese de doutorado; do ponto de vista institucional, muito pouca coisa havia se alterado, em especial dentro dos quadros e das redes intelectuais e institucionais que hegemonizavam a ANPUH.

E esta ruptura vai acontecer num momento bastante significativo para a Associação, justamente quando ela se encaminhava para comemorar os seus 50 anos de fundação. E isto aconteceria justamente sob a presidência de um historiador nordestino e atuante em uma instituição da região, que não precisou migrar para o centro-sul para notabilizar-se entre os pares e constituir determinados espaços políticos e de saber entre a comunidade e dentro da geografia disciplinar da historiografia nacional. Durval não precisou ir para o Rio de Janeiro ou permanecer em São Paulo para produzir historiografia nacional ou simplesmente para "produzir saber em história, sem mais adjetivos". Portanto, a chegada de Albuquerque Jr. à presidência da ANPUH não pode deixar de ser entendida como um acontecimento de forte teor político e institucional de enfrentamento ao estabelecido e ao que se parecia inquestionável dentro do processo de configuração da geografia disciplinar da história no Brasil. O enfrentamento ao discurso de que a historiografia produzida, sobretudo, no Rio de Janeiro e em São Paulo eram nacionais, e a produzida em outras partes do país, em especial no Nordeste, era uma historiografia regional.[14]

Estas tensões vão ficar explícitas no discurso/pronunciamento de Albuquerque Jr. quando da comemoração do cinquentenário da ANPUH, quando ele vai fazer uma fala instalada na fronteira entre o discurso historiográfico e o comemorativo. Entre o lugar institucional e o do historiador. Refiro-me ao pronunciamento/discurso de Durval Muniz de Albuquerque Jr. proferido na Conferência de

14 É preciso observar que desde meados dos anos 1980 já havia emergido no Brasil uma crítica a este tipo de postura, sobretudo ao chamado discurso regionalista que terminava por perpassar a produção historiográfica no Brasil. Remeto as discussões de SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino.** São Paulo: Moderna, 1984., assim como às de PETERSEN, Silvia. R. F. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Vol. 3, 1995. pp. 129-153. Em texto publicado recentemente Albuquerque Jr. reconhece algumas destas dívidas, sobretudo em relação ao texto de Rosa Godoy, ao pensar as implicações políticas do discurso regionalista, Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O Regionalismo Nordestino: acontecimento e dívida. *In*: OLIVEIRA, Tiago Bernardo de; AIRES, José Luciano de Queiroz e SILVA, Vânia Cristina da Silva. (Orgs.). **Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016, pp. 261-273.

Abertura do XXVI Simpósio Nacional de História, em 2011, na USP, por ocasião das comemorações acima referidas. Neste, ao discutir os significados da comemoração e daquele ato comemorativo, Albuquerque Jr., como presidente da ANPUH, mas também como historiador, vai tentar se colocar neste lugar de fronteira entre o comemorativo e o historiográfico, entre o dever de memória e o dever historiográfico de fazer a crítica ao passado, inclusive da própria disciplina e das instituições que a possibilitam. E em dados momentos de seu texto ele se colocará na posição institucional de quem celebra o cinquentenário, mas, ao mesmo tempo, como historiador profissional, como aquele que questiona e se distancia do discurso puramente celebrativo, comemorativo. Em determinada parte do seu pronunciamento/discurso/texto[15] ele afirma:

> As comemorações são feitas de memórias, de lembranças e esquecimentos, mas também são feitas de sonhos, de esperanças e de investimentos no presente visando o futuro. A ligação entre comemorar e lembrar, entre comemoração e memória é não só de natureza etimológica, como de natureza política ou mesmo de natureza ética, desde a própria formulação da palavra na antiguidade. A comemoração está relacionada diretamente com os usos sociais, culturais e políticos da memória, é uma das modalidades não só de sua veiculação, mas de sua elaboração, de sua produção. O ato comemorativo não só se constitui num momento em que se instaura um dever de memória, não só se constitui num momento em que a lembrança é voluntariamente convocada, mas também se constitui num momento privilegiado para a proliferação de memórias, para a elaboração de versões daquilo ou daquele que se comemora. Pois o ato de lembrar é sempre realizado no presente, mas traz consigo uma expectativa de futuro. O que fazemos hoje, ao recordarmos a criação, há 50 anos, da Associação dos Professores Universitários de História, hoje a Anpuh-Brasil – Associação Nacional de História, não visa somente presentificar aquele momento. Com esta rememoração queremos construir significados que possam servir de inspiração e estímulo para que a entidade sobreviva mais 50 anos (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 288).

Esta tensão entre o discurso comemorativo e o discurso historiográfico rasga, do início ao fim, o texto de Albuquerque Jr. Tensão expressa no próprio título atribuído ao mesmo, *Ritual de aurora e de crepúsculo: a comemoração como a experiência de um tempo fronteiriço e multiplicado ou as antinomias da memória*. Mas deste título quero recortar uma expressão para trabalhá-la mais detidamente, a noção de tempo fronteiriço. Esta remete não só a fronteira entre o tempo comemorativo e o tempo historiográfico, mas parece remeter também ao próprio tempo histórico, ao momento histórico que estava atravessando a ANPUH e a RBH. Ambas as instituições estavam a experimentar mudanças significativas, tanto do ponto de vista institucional, como também das redes de poder e de saber que a hegemonizavam. Posso afirmar que tanto a Associação como a Revista estavam num tempo fronteiriço, num período de passagem em que novos contornos institucionais estavam se desenhando, em que novas práticas intelectuais e políticas procuravam se estabelecer, em que uma nova geografia disciplinar era configurada (SANTOS, 2021). Daí, como afirma Albuquerque Jr., as "comemorações [serem] feitas de memórias, de lembranças e esquecimentos, mas também [serem] feitas de sonhos, de esperanças e de investimentos no presente visando o futuro". Daí também não só aquele momento do qual ele participa, assim como o seu próprio texto e a escolha do tema "Comemorações" para o

15 A conferência proferida por Albuquerque Jr. por ocasião do cinquentenário da ANPPUH foi publicada posteriormente no número 65 da própria RBH, com o título: "Ritual de aurora e de crepúsculo: a comemoração como a experiência de um tempo fronteiriço e multiplicado ou as antinomias da memória". Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Ritual de aurora e de crepúsculo: a comemoração como a experiência de um tempo fronteiriço e multiplicado ou as antinomias da memória. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 33, Nº 65, 2013, pp. 385-397.

dossiê de aniversário da RBH se constituírem, como diz Albuquerque Jr, como elementos necessários à construção do ato comemorativo. Entendendo-se, portanto, que "a comemoração está relacionada diretamente com os usos sociais, culturais e políticos da memória, é uma das modalidades não só de sua veiculação, mas de sua elaboração, de sua produção" (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 288).

Ao assumir muito claramente este discurso fronteiriço, Albuquerque Jr. parecia querer remeter a própria condição que sempre esteve no bojo da construção de ambas as instituições, o da tensão permanente entre espaços de experiência e horizontes de expectativa. Dos usos sociais, culturais e políticos, sobretudo políticos, feitos pelos historiadores da e na Associação e Revista. Aquele momento era mais um destes de tensão e de conflito, de disputas por pertencimento e pela construção de lugares, do alargamento de fronteiras ou do seu esgarçamento, assim como do estabelecimento de novas linhas divisórias. Um tempo permeado de disputas por lugares ou por constituição de espaços. E neste sentido, a atuação de Albuquerque Jr. no interior da geografia disciplinar da História no Brasil ao longo desse período foi e ainda é central para a abertura e pluralização da área em direção a outros espaços, fronteiras, regiões e modos de fazer.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História*: a arte de inventar o passado. Bauru: Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Nordestino*: Uma invenção do falo (uma história do gênero masculino – Nordeste 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003. 254 p.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo/Recife: Cortez/Massangana, 2001.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *O engenho anti-moderno*: a invenção do Nordeste e outras artes. Campinas. Tese de Doutorado. 1994.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O historiador naïf ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2007. pp. 192-215.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Conferência: Ritual de Aurora e de Crepúsculo: a comemoração como a experiência de um tempo fronteiriço e multiplicado ou as antinomias da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. 33. Nº 65, 2013, pp. 385-397.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Um mestre de rigor: Manoel Luiz Salgado Guimarães e a delimitação do campo dos estudos de historiografia no Brasil. In: *Revista de História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 13, 2013, pp. 144-153.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O Regionalismo Nordestino: acontecimento e dívida. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardo de; AIRES, José Luciano de Queiroz e SILVA, Vânia Cristina da. (org.). *Poder, memória e resistência*: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios. João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016, p. 261-273.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A Invenção de Mim*. Memorial Acadêmico para o concurso público de provas e Títulos para o Cargo de Professor de Terceiro Grau na Classe de Professor Titular do Departamento de História. Natal: UFRN, 2006. 55 p.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, 284 p.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jathay (Org.). *História Cultural*: práticas de pesquisa. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. In: *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, 2002, pp. 184-200.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. *Reinventando a tradição*: sobre o Antiquariado e a Escrita da História. In: Humanas. Porto Alegre, Vol. 23, 2000.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro; Vol. 01, Nº 01, 1988, pp. 5-27.

MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. *Textos Históricos*, Brasília, v. 10, n. 1-2, 2002, pp. 181-214

MORAES, José Geraldo Vinci de, e REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Historiografia, memória e ensino de História: percursos de uma reflexão. In: Revista de História da Historiografia. Ouro Preto, Nº 13, 2013, p. 130-143.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990). Tese de Doutorado. UNESP: Assis – SP, 2017.

PETERSEN, Silvia. R. F. Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do novo e a crítica ao racionalismo. LPH – Revista de História. Mariana, UFOP, Vol. 3, Nº 1, 1992, pp. 108-126.

PETERSEN, Silvia. R. F. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. Revista Anos 90. Porto Alegre, Vol. 3, 1995, pp. 129-153.

PETERSEN, Silvia. R. F. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. Revista Anos 90. Porto Alegre, Vol.8, 1997, pp. 62-78.

RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica*: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Assis – SP, 2015.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. *A invenção da historiografia brasileira profissional*. Editora Milfontes, Vitória – ES. 2021.

SANTOS, Wagner Geminiano (Org.). *Durval Muniz de Albuquerque Jr.*: A arte de inventar-se historiador nas tessituras da História. Vitória – ES: Milfontes, 2021.

SANTOS, Wagner Geminiano. As comemorações do cinquentenário da Anpuh e os 30 anos da Revista Brasileira de História - RBH: Lugares de disputas políticas e institucionais para a (des)construção da memória disciplinar da historiografia brasileira. In: SANTOS, Wagner G., SPINDOLA, Pablo. (Orgs.). *Teoria da história e história da historiografia brasileira dos séculos XIX e XX*: ensaios. Jundiaí-SP: Paco Editora, 2018, pp. 155-185.

SANTOS, Wagner Geminiano. A Produção Historiográfica de Durval Muniz de Albuquerque Junior: Apropriação e Usos do Pensamento de Foucault no Brasil (1990-2006). *Revista Expedições*: Teoria da História e Historiografia, Vol. 8, 2017, pp. 85-102.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. In: Revista de História da Historiografia. Ouro Preto, Nº 13, 2013, pp. 78-95.